

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

YANA KOSSEMBA DA SILVA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROCESSOS DE
COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral como requisito parcial para obtenção do diploma de Especialista.

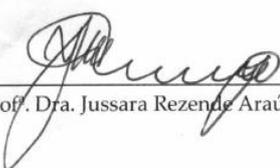
MATINHOS

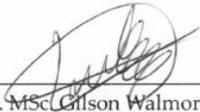
2014

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

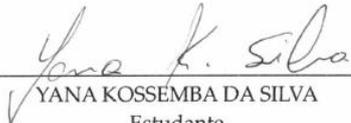
Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **JUSSARA REZENDE ARAÚJO**, realizaram em **14/12/2013** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **YANA KOSSEMBA DA SILVA**, sob o título *"OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE"*, para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito **"APL"**.

Matinhos, 14 de dezembro de 2013.


Prof. Dra. Jussara Rezende Araújo


Prof. MSc. Gilson Walmor Dahmer


Prof. MSc. Jorgete Maria Zewe Gemin


YANA KOSSEMBA DA SILVA
Estudante

Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Yana Kossembe da Silva¹

Resumo: A questão ambiental é o objeto de discussão e reflexão neste artigo, enquanto expressão da questão social na contemporaneidade, com foco na comunicação, como instrumento, nos espaços de discussão da política de meio ambiente e educação ambiental. Oferece crítica ao alcance das políticas públicas que se ocupam das expressões da questão social na relação da sociedade de produção, consumo e descarte com a diretriz de preservação do meio ambiente nos compreendendo também como recursos naturais. Também propõe uma discussão sobre a contradição existente entre o discurso sobre a necessidade de preservação do meio ambiente e a imposição do consumo da sociedade/sistema capitalista.

Palavras-chaves: Questão Social, Gestão Pública, Impactos ambientais, Comunicação.

Introdução

O meio ambiente é atualmente objeto de discussão em eventos específicos sobre o tema, em salas de aula, no âmbito empresarial, em campanhas políticas, enfim, em inúmeros espaços e grupos, com objetivos comuns ou distintos, de acordo com interesses de cada pessoa ou grupo. O termo “desenvolvimento sustentável” é muito usado como sinônimo de preservação e conservação, entretanto o nosso sistema de produção não nos permite a sustentabilidade, efetiva, ou seja, para que ocorra um desenvolvimento sustentável de algo, o impacto causado tem que ser positivo e permitir a sua manutenção sem alteração. No sistema capitalista o objetivo é o lucro, e não se obtém lucro sem alterar o meio, ele se transforma de uma forma ou de outra e aí ele já foi alterado e os impactos causados são negativos.

Dessa forma a proposta deste artigo é refletir e pensar ações que promovam mudanças de hábitos em relação ao consumo, diminuição de lixo, respeito ao meio em que vivemos, entre outros.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, Irati/PR.

Considerando todas as alterações já ocorridas no meio ambiente, e os que ainda podem ocorrer, a questão ambiental pode ser entendida como uma das grandes problemáticas da humanidade nos dias atuais.

Diante deste contexto, a reflexão e a discussão acerca dos processos de comunicação que vem sendo adotados no âmbito da Educação Ambiental para promover a preservação e conservação do meio ambiente se faz tanto pertinente quanto urgente, pois mesmo tendo a questão ambiental alcançado tantos significados e articulações ela ainda é para maioria da população, sinônimo de fauna e flora.

O presente artigo tem a intenção de contribuir com uma reflexão crítica sobre os processos de comunicação que envolve o meio ambiente e suas abordagens enquanto estratégias de preservação e conservação.

Questão social e questão ambiental – aspectos históricos

Questão social é a contradição existente na relação capital/trabalho e se revela na desigualdade social inerente à constituição do sistema de produção capitalista. Sistema esse que divide a sociedade em duas classes: o capitalista que é o dono dos meios de produção e o trabalhador que vende a sua força de trabalho. “A expressão ‘questão social’ surge no século XIX como designação do pauperismo” (NETTO, 2001, p. 153) e torna-se visível a partir do momento em que a classe trabalhadora enquanto sujeito coletivo expõe as condições em que se encontra no processo de produção e passa a reivindicar por direitos. Direitos esses que supram a princípio, suas necessidades básicas para que possam continuar a produzir e garantir a sua manutenção e de sua família. No processo de produção capitalista o trabalhador é quem produz a riqueza e o dono do meio de produção é quem usufrui da riqueza socialmente produzida.

Um processo de produção coletiva em massa tem seu início no século XVIII, nas indústrias têxteis da Inglaterra, na qual a mecanização imprimiu um novo ritmo à produção de mercadorias. As transformações sociais e

econômicas nesse período foram tão intensas que desencadearam uma verdadeira revolução, que ficou conhecida como Revolução Industrial.

A partir da Revolução Industrial ocorre gradativamente uma superlotação nas áreas urbanas de uma forma desorganizada, sem a infraestrutura necessária para que o ambiente natural não sofresse alterações. Em decorrência dessa nova ordem acentua-se a exploração dos recursos naturais e ao longo dos tempos, com o objetivo de geração de lucro e acúmulo de capital, essa exploração somada a outras problemáticas geradas pelo excesso de consumismo da população, a preservação do meio ambiente e as manifestações em sua defesa passam a ter visibilidade.

A compreensão da questão ambiental como expressão da questão social se revela quando identificamos o capitalismo como um modo de produção que impulsiona o homem a destruir a natureza, a consumir sempre mais sem se preocupar com as consequências dessa destruição e acumulação de resíduos no nosso meio.

Impacto Ambiental x Educação Ambiental

A relação homem e natureza é uma relação tratada de forma adversa, o tema meio ambiente retrai as pessoas, ativistas, ambientalistas são colocados perante a sociedade - principalmente através das mídias - de forma pejorativa, como contrários ao “desenvolvimento”. No capitalismo, meio ambiente é tratado como recurso infinito, no qual os recursos naturais são utilizados de forma inconsequente, gerando uma quantidade enorme de resíduos; Resíduos esses que a natureza não dá conta de absorver e transformar devido ao grande fluxo e ao desenvolvimento tecnológico avançado que produz materiais incompatíveis com a possibilidade de serem absorvidos pelo nosso meio de forma que se transforme e se integre ao meio. A grande quantidade de lixo gerado é resultado de uma estratégia de ação programada e intermediada

pelos meios publicitários, a Obsolescência Planejada². Favorecer o acúmulo de capital é a lógica do Sistema Capitalista. Para aumentar o acúmulo de capital privado, o capital destrói, esgota a natureza, ou seja, a destruição da natureza é proporcional ao aumento da riqueza do capital. Magera (2012) enfatiza que a humanidade, existente no planeta há milhares de anos, alcançou a maioria de todos os avanços tecnológicos apenas nos últimos duzentos anos. Mas essa sociedade que aumenta a velocidade e o volume de produtos industrializados aumenta proporcionalmente o volume de lixo.

Nosso sistema não foi criado para dar, nem distribuir socialmente nenhum bem capital, e sim adquirir lucros, logo todas as suas formas de produção tem um prazo de validade e somos forçados a nos globalizar/atualizar-nos, é uma condição imposta! Grupos de manifestantes que mobilizam a sociedade, preocupados com a situação atual do Planeta Terra, movidos pelo medo, conscientes de que furacões, deslizamentos, enchentes são causados por ações humanas, que tornam o ambiente favorável para quecatástrofes aconteçam, buscam espaços para discutir políticas públicas ambientais com novas abordagens, mais racionais e sistemáticas deixando de lado questões mais técnicas e teóricas, e valorizando as experiências e vivências, ou seja, de forma subjetiva, tratando o problema de forma transversal, onde a comunicação é baseada no senso-comum.

Moreira defende que:

A educação ambiental faz parte do processo de construção de valores e novas atitudes. O aluno não irá abandonar a concepção de que a água potável do planeta é infinita apenas através da dialética do professor, mas se ele for inserido num projeto pedagógico sério, comprometido com a transformação e que interaja com sua preconcepções (p. 5, 2009).

² Podemos considerar três tipos de Obsolescência: Obsolescência de função, de qualidade e de desejabilidade. “Pode haver obsolescência de função. Nessa situação, um produto existente torna-se antiquado quando é introduzido um produto que executa melhor a função. Obsolescência de qualidade. Nesse caso, quando planejado, um produto quebra-se ou se gasta em determinado tempo, geralmente não muito longo. Obsolescência de desejabilidade. Nessa situação, um produto que ainda esta sólido, em termos de qualidade ou performance, torna-se gasto em nossa mente porque um aprimoramento de estilo ou outra modificação faz que fique menos desejável” (Packard, 1965, p.51).

Quando se trata de valores e novas atitudes, estamos falando de algo que vai além de políticas públicas, comportamento, mudanças de hábitos onde a educação é voltada para os valores empíricos capazes de promover a conscientização do indivíduo em relação ao seu meio e os problemas a ele relacionados, esse é o desafio do educador, manter coerência entre o discurso e a prática independente do seu espaço, se ele é formal ou informal. A escola tem seu papel fundamental com a criança, pois é nesse momento da vida em que a experiência e a vivência significam mais do que aquilo que é dito, logo, “a educação ambiental deve sinalizar com clareza os caminhos para alcançarmos a utopia da sustentabilidade” (CAPRA, 2008).

A civilização capitalista industrial produtivista e consumista exerce fascínio enorme e o fato é que, a economia e o poder que a mantêm da mesma maneira que seu estilo de vida, tem como pressuposto imprescindível à dominação, o racismo e a discriminação e a exclusão social, ou seja, uma devastação socioambiental. Devastação social produzida pelo sistema, que incita e estimula o ser humano ao consumismo, vinculando o poder de aquisição e consumo ao *status* de indivíduo que ascendeu socialmente que “deu certo na vida”. Devastação é a depredação dos recursos naturais, sem dó nem piedade.

A Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo de formação social, desenvolvimento de consciência crítica entendendo como crítica, a capacidade de captar a ordem, estruturando a realidade do processo e evolução da crise humana, tanto em relação a seus aspectos biofísicos quanto sociais, políticos, econômicos e culturais; desenvolvimento de habilidades para exercer a mudança de hábitos e busca de instrumentos tecnológicos como alternativas à solução dos impactos negativos causados nos recursos naturais, na vida do planeta.

A Conferência sobre Meio Ambiente recomenda a criação e efetivação da Gestão de Resíduos Sólidos o que se refere às mudanças nas práticas das pessoas o que não é tarefa simples. No entanto, “... mudar é difícil, mas possível” (FREIRE 2002).

O Poder Público e a gestão ambiental

O movimento ambiental começou a aparecer a partir do século XIX, como um retorno ao processo de industrialização. Escritores norte americanos salientavam o retorno à vida simples ao mesmo tempo em que poetas britânicos exaltavam o quão bela é a natureza. O medo da era nuclear era exposto cada vez que surgia um tipo de poluição. Enquanto as pessoas estavam aparentemente preocupadas com o uso sustentável do planeta, o movimento continuou a crescer a partir dos anos 70, mais especificamente em 1972 quando a Organizações das Nações Unidas – ONU convoca a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia.

Seguindo um histórico das questões ambientais e suas movimentações, é que entendemos a importância da comunicação e como a informação é repassada, se ela nos coloca como parte da natureza, filhos da terra e que estamos conectados biologicamente para podermos viver, nos mantermos em pé – vivos. A informação quando dada, ela deve ser explicada e problematizada para causar reflexões, com a convicção e pleno entendimento de que a nossa sociedade tem uma visão (imposta pelo sistema e construída através das relações sociais), sobre o que é meio ambiente e que separa tudo aquilo que se refere à vida humana. É necessário que se construa conhecimentos capazes de desenvolver a sensibilidade e o despertar de consciência.

A Educação Ambiental começa sua trajetória a partir de 1968 com iniciativas como, mobilizações, projetos e programas que foram sendo construídos através de eventos internacionais com o propósito de discutir meio ambiente. Durante toda esta trajetória, constituíram-se ideias, criaram-se propostas, emendas e resoluções para solucionar a questão ambiental, questão essa que se deu no início do desenvolvimento do capitalismo, seguindo a lógica de quanto maior a produção, maior o consumo e conseqüentemente o excesso da produção de lixo, salientando mais uma vez o

grande desafio de informar a real situação e como revertê-la. É uma grande provocação perante o capitalismo.

O Código Florestal brasileiro, que esta mais para ruralista, é um dos exemplos de retrocesso e falta de respeito com os princípios da preservação à vida, para dar espaço aqueles que muito já tem, com a desculpa do reacionário discurso naquilo que se refere ao progresso e ou desenvolvimento.

Carvalho (2001, p. 40) afirma que:

(...) muitas das sensibilidades que constituem o ideário ambiental contemporâneo poderiam ser compreendidas como herdeiras das visões que passam pela compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão, pela visão pastoral idílica do naturalismo inglês do século XVIII, pelo romantismo europeu dos séculos XVIII e XIX e pelo imaginário edênico sobre a América.

Uma vez que a cidade nos séculos XVI e XVII representava a educação, razão e progresso a natureza era tratada e representada como lugar de rusticidade, onde o ignorante e selvagem que ali vivia não queria se desenvolver.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), entende-se por Educação Ambiental “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e sua sustentabilidade”.

Isto posto é necessário refletir quanto ao vir ser da Educação Ambiental no mundo e no Brasil frente à sua institucionalização e sua caracterização, ou não, como política pública. Levando em consideração a Lei nº 9.795/99, e seu conceito de Educação Ambiental, nota-seo quanto foi deixado de lado os valores sociais e seu conhecimento reflexivo, que provoca autoconhecimento e a possibilidade de promover a transformação social devido a sua prática que é voltada a valores e princípios de respeito a “Mãe Natureza”.

“Educação Ambiental faz parte da transversalidade do Meio Ambiente. É preciso consolidar hábitos que beneficiem a todos e, certamente, o uso adequado dos recursos naturais é um dos mais importantes (DIAS, 2004)”.

Comunicação

A comunicação é um dos principais fatores para a Gestão Ambiental, como trabalhar um conjunto de informações, sensibilizando e enfrentando a falta de cuidado, que é algo generalizado e tornou-se um estigma da sociedade? O desafio é falar de sociedade sustentável como pré-condições indispensáveis para um desenvolvimento integral.

BOFF define sustentável como:

Sociedade ou o planeta que produz suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para sociedade futuras os recursos naturais de que elas precisarão (1999, pg. 137).

Na prática a sociedade deve-se mostrar capaz de assumir novos hábitos. Não se trata de não consumir e limitar o crescimento, mas sim de consumir com responsabilidade e optar por um desenvolvimento que quer e que precisa. Qualificar de verde uma economia onde a lógica é acúmulo de riqueza acima de tudo, não passa de uma nova abertura de frente de negócios, essa é a proposta clara do último evento sobre a questão ambiental a RIO + 20. Confirmamos assim, que a conversa é outra. A comunicação está na desconstrução, intervir na realidade para transformá-la, utilizando da transversalidade e transdisciplinaridade como metodologia, assim não ficaria na interação e reciprocidade entre as ciências, mas um estágio sem fronteiras entre as disciplinas. Uma atividade essencial para vida em sociedade, a

comunicação é uma ferramenta de integração, onde o processo consiste na transmissão de informação entre um emissor e um receptor, quem fala e quem escuta. Muitas são as definições de comunicação, e nessa composição de definições repete-se algo relevante: sua complexidade. Além de ser um processo constante, complexo e ativo é também simbólico, ou seja, há capacidade de compreender, interpretar, elaborar e modificar signos e símbolos. Compreender o processo de comunicação é entendimento de todo o processo, fato social onde se mostra comum às individualidades, histórias, sentimentos e valores.

Podemos entender melhor a função da comunicação e sua importância segundo GADAMER:

Pelo caminho de nossa análise do fenômeno hermenêutico³ damos de cara com a função universal da linguisticidade. (...) compreender e interpretar se subordinam de uma maneira específica à tradição linguística. Mas, ao mesmo tempo, não mais além dessa subordinação, não somente porque todas as criações culturais da humanidade, mesmo as não linguísticas, pretendem ser entendidas desse modo, mas pela razão muito mais fundamental de que tudo o que é compreensível tem que ser acessível à compreensão e à interpretação (GADAMER, 1998: 588-589).

Neste sentido, a linguisticidade é a marca da própria experiência humana, pois não se separa da historicidade constituindo significados através de uma prévia compreensão, onde os sentidos estão fixados. A linguagem se constitui enquanto abertura e possibilidade de significação e não se deixa capturar pela expectativa objetificadora de um código que é capaz de tornar a comunicação em uma operação linear. Assim a compreensão numa perspectiva hermenêutica não se reduz a códigos.

³ Ricoeur (1978) aponta que a hermenêutica se constitui inicialmente como uma técnica de interpretação de textos que suprime à tradição de interpretação profunda implícitas e intuitivas.

Sendo assim:

Os sujeitos, por sua vez, em sua condição inalienável de intérpretes, não são uma consciência solitária a desvendar sentidos prontos, mas constituem-se em sua humanidade na medida mesmo em que participam da condição de linguisticidade (CARVALHO, p. 48, 2001).

Nesta perspectiva, podemos dizer que o mundo é mundo, não apenas na medida em que vem a linguagem, mas no fato de que nela se representa o mundo.

Considerações finais

Os problemas causados pela imposição do sistema capitalista no âmbito brasileiro, a falta de sensibilização de uma sociedade com hábitos de consumo exacerbado, a necessidade de enfoque na institucionalização da Educação Ambiental como prática da gestão, direcionada ao desenvolvimento/aquisição de práticas que até então são meramente lembradas nas ressalvas da Constituição.

A institucionalização ambiental pode ser dada através de planos e programas municipais trazendo o despertar de uma sociedade, para questões atuais e locais, com o desafio de distorcer e combater a obsolescência planejada (mecanismo usado para impor o consumo inconsciente). O profissional tem como papel principal, sensibilizar para que receptor, seja ele aluno de uma escola ou cidadão comum, torne-se consciente da questão ambiental como um reflexo da questão social, sendo assim um exemplo e um instigador, para transformar socialmente o sujeito onde ele “devolva” para o meio aquilo que ele retirou, ou seja, reciprocidade entre homem e natureza.

Os apontamentos da sociedade e dos costumes empregados pelo consumo nos levam a crer “no fim dos tempos” uma sociedade repleta de danos irreversíveis, e o que nos remete a esses apontamentos foi o início da globalização, grande parte comumente da década de 20, que foi o ápice da produção, deixando e ainda aumentando os danos ao meio ambiente consequentemente a nós ser humano, afinal somos parte desse meio e sem ele não vivemos.

A grande barreira da Gestão Ambiental está nos programas de Educação Ambiental e como sua comunicação esta sendo feita, pois essa comunicação é visivelmente falha diante da nossa realidade, temos como exemplo o acúmulo de lixo e que não para de aumentar, que inclusive é um dos atores principais dos problemas de saúde pública.

O capitalismo é palco da questão social e suas expressões e os atores são marcados pela desigualdade, onde o trabalhador é o dominado e representa a grande massa que produz. “Desenvolvimento” é um estratégico termo para a manipulação das massas, diante da escravidão imposta pelo capital através do consumo. Uma redefinição da palavra desenvolvimento também se faz necessário, afinal, como vamos crer num desenvolvimento diante das degradações por ele causadas como, danos ambientais e descasos sociais.

Uma possível reforma política, onde o foco é o cuidado através do desenvolvimento sustentável, com programas baseados em alternativas de consumo como produção de energia, sistemas de captação de água, incentivo à economia criativa e solidária, são medidas para se praticar a sustentabilidade e transformar em hábitos de uma nova sociedade. A transversalidade na educação é primordial, para que haja uma extinção da linha de pensamento massificada e baseada em uma lógica binária, despertando assim o senso crítico, para dar atenção a valores empíricos.

Considerando também que ações de mudança cultural no cotidiano do homem com o meio ambiente e não apenas ações Educação Ambiental no âmbito escolar, é que vão mudar na raiz, a problemática questão dos impactos ambientais. Mudanças essas que se revelam em atitudes que se tornam

hábitos como: separação e destinação dos resíduos domésticos de maneira correta, redução do consumo para evitar a geração de lixo, utilização da água e da energia elétrica⁴ de maneira racional, socialização de informações de cuidado com o meio ambiente, com as pessoas de nossa convivência.

A sobrevivência da humanidade dependerá de uma nova proposta de Educação Ambiental, nossa alfabetização ecológica para desenvolvermos nossa capacidade de viver de acordo com a ecologia através da compreensão de seus princípios básicos. Hoje temos que pensar em decrescer, por que aquilo que nos foi apresentado como crescimento, não nos gerou bons frutos é a hora de mudar paradigmas e valores e pensar em um desenvolvimento que realmente nos desenvolva, deixando de lado o pensamento de crescimento econômico, onde temos uma sociedade que fica feliz quando o PIB – Produto Interno Bruto cresce. Não é coerente, muito menos razoável pensar em um desenvolvimento com crescimento infinito, sendo que o planeta é finito.

⁴ Lembrando e considerando que no Brasil a geração de energia elétrica em sua maioria é movida por hidrelétricas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI nº 9.795/1999 de 27/04/1999. Dispõe sobre Educação Ambiental institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras Providências. Disponível em <[HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em 06/09/2013.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética do humano – Compaixão pela Terra. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CARVALHO, I. C. de M. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2011.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. 9 ed. São Paulo; Gaia, 2004.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADAMER, H. G. Verdade e Método; traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 2. Ed. Petrópolis; Editora Vozes, 1998.

Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento / coordenação André Trigueiro; prefácio de Marina Silva – 5. Ed. – Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008.
CAPRA, F. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21.

MAGERA, M. Os caminhos do lixo. Campinas (SP): Átomo, 2012.

MOREIRA, S. R.; PEREIRA, J. B. M.; MESSEDE, J. C. Educação Ambiental x senso comum: O desafio de Contextualizar a escassez dos recursos hídricos no planeta. Ciência em Tela, Rio de Janeiro, v.2, n.1 p. 5, 2009.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PACKARD, V. Estratégia do desperdício. São Paulo: Ibrasa, 1965.

RICOEUR P. O conflito das interpretações. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.